

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 192/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO****1-Processo TCE nº 1995/2012 (4 Vols.).****2- Assunto:** Prestação de Contas Anuais.**3-Órgão/Entidade:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV.**4- Exercício:** 2011.**5-Responsável:** Sr. Elissandro de Souza Portela, ex-Diretor Presidente do COARIPREV.**6-Unidade Técnica:** DICAMI – Informação Conclusiva nº 55/2013 (fls. 639/644).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 1354/2013-MPC-JBS do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 645/647).**8- Relatora:** Auditora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV. Exercício 2011.

Contas Irregulares. Alcance. Multa ao responsável. Prazo para recolhimento.

9– ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto da Exma. Sra. Auditora-Relatora, **em concordância** com o pronunciamento do representante do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1-Julgar pela **IRREGULARIDADE** das contas do COARIPREV – Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari, exercício 2011, sob responsabilidade do Sr. **ELISSANDRO DE SOUZA PORTELA**, ex-Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, , nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 em razão da permanência das falhas;

9.2-Considerar em alcance o Sr. Elissandro de Souza Portela, ex-Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do montante de **R\$ 73.234,93, (setenta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos)**, com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 308, II, da Resolução nº 04/2002 – Regimento Interno do TCE, devido ao não reconhecimento do imposto de renda pessoa física descontando dos servidores;

9.3-Aplicar multa ao Sr. Elissandro de Souza Portela, ex-Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do COARIPREV – Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari, no valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, nos termos previstos no artigo 308, inciso VI da Resolução 04/2002-TCR, por pratica de atos com graves infrações as normas legais;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 192/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 1995/2012 (fls. 02).

9.4-Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Elissandro de Souza Portela, recolha os valores da multa aos cofres do Estado e do débito aos cofres do Município de Coari, (art. 72, III, “a”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.5-Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.

10-Ata: 48ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 02 de dezembro de 2013.

12-Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Mário José de Moraes Costa Filho (convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

12.1- Auditora presente e Relatora: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Auditora-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral